

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.865.530 - SC (2020/0055306-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE** : **IVETE TERESINHA DAL BELLO**  
**ADVOGADOS** : **FABRICIO PADILHA KLOTZ - SC015409A**  
                  **SANDRO SCHAUFFERT PORTELA GONCALVES E OUTRO(S)**  
                  **- SC008903A**  
**RECORRIDO** : **FAZENDA NACIONAL**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. EXECUÇÃO DE VERBA HONORÁRIA. DISCUSSÃO SOBRE A OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA DE FATO.**

- 1. O reexame de matéria de prova é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).**
- 2. Recurso especial não conhecido.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região cuja ementa é a seguinte:

TRIBUTÁRIO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESISTÊNCIA PARA INCLUSÃO DO CRÉDITO EM DÍVIDA ATIVA. EXECUÇÃO DO SALDO. POSSIBILIDADE. DISCUSSÃO NA VIA ADMINISTRATIVA. PRETENSÃO EXECUTÓRIA. PRESCRIÇÃO. INTERRUÇÃO.

1. Evidenciado que no processo anterior não houve a satisfação da obrigação, mas tão somente a desistência da execução naquele momento, inclusive em razão de exigência administrativa para fins de compensação, não se verifica qualquer óbice para que o credor execute o saldo remanescente dos créditos devidos pela Fazenda.

2. Durante o período em que o contribuinte esteve realizando a compensação, cujo crédito e direito de compensar foi reconhecido judicialmente, não corre o prazo prescricional, uma vez que, nesse lapso de tempo, não há falar em inércia do contribuinte" (TRF4, AG 5050357-51.2017.4.04.0000, SEGUNDA TURMA, Relatora LUCIANE AMARAL CORRÊA MÜNCH, juntado aos autos em 02/03/2018).

3. O prazo prescricional para a propositura de execução de sentença contra a União Federal, com vistas ao pagamento de indébito tributário, é o mesmo aplicável à ação principal que resultou no título que se pretende executar (Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal), qual seja, 5 (cinco) anos, a contar do trânsito em julgado, conforme art. 168 do Código Tributário Nacional.

4. O pedido administrativo de compensação interrompe o prazo prescricional para a execução de sentença, somente voltando a fruir após término do trâmite administrativo, caso indeferida a compensação

postulada" (TRF4, AC 5013576-60.2014.404.7202, SEGUNDA TURMA, Relator RÔMULO PIZZOLATTI, juntado aos autos em 23/02/2016).

Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos, sem a atribuição de efeito infringente.

No recurso especial, interposto com base na alínea "a" do permissivo constitucional, o recorrente aponta ofensa ao art. 25 da Lei 8.906/94, c/c o art. 202 do CC, alegando, em síntese, que:

No presente caso, tem-se que a interrupção da prescrição se deu com o despacho que ordenou o pagamento no cumprimento de sentença, ocorrido em 15/12/2011, pois, foi o primeiro ato do processo, conforme o art. 202, I, do Código Civil.

Logo, passados três meses, ocorreu o parcelamento do débito, que suspendeu a prescrição, em virtude que não poderia mais ter ocorrido a interrupção, com base no art. 202, VI, do CC.

Na data de 26/07/2012, o parcelamento restou inadimplido, o que fez com o prazo prescricional voltasse a correr, devendo-se ressaltar que, segundo as normas civilistas, a prescrição só poderá ser interrompida uma única vez.

Assim, denota-se que a extinção da ação (cumprimento de sentença), sem julgamento de mérito, não interrompeu a prescrição, e, por derradeiro, quando houve o novo pedido para prosseguimento da execução, em 13/07/2017, haviam transcorridos 05 anos e 53 dias do despacho inicial, sendo 1783 dias entre a inadimplência do parcelamento e novo pedido executório, mais os 95 dias do despacho que ordenou o pagamento até o parcelamento, diversamente do que entendeu o M. M. Juízo a quo que analisou a prescrição da data da inadimplência ao pedido de cumprimento de sentença (evento nº 1 – OUT17 - fls. 05/06).

Do mesmo modo, caso Vossa Excelência entenda que o prazo prescricional foi interrompido da data do último pagamento, ainda assim, o cumprimento de sentença estaria prescrito.

Isto é, na data de 26/07/2012 o parcelamento restou inadimplido, o que fez com que a prescrição retomasse seu curso normal, aplicando-se o art. 202, I, do CC.

Ainda, colhe-se dos autos que o despacho que intimou a recorrente para se manifestar sobre o novo cumprimento de sentença ocorreu em 11/07/2017, e dessa forma, passados mais de 05 anos do ato que interrompeu a prescrição.

Diante disso, a decisão recorrida ao entender que deveria ter transcorrido mais de 05 anos entre a data da publicação da Portaria que revogou a Portaria PGFN nº 809/09, que permitia a inscrição em dívida ativa e a execução dos valores remanescentes no processo judicial, violou os artigos acima mencionados, devendo, nesse sentido, ser reformada a decisão recorrida, a fim de julgar extinta a ação, diante da ocorrência da prescrição, conforme os termos acima trabalhados.

Em suas contrarrazões, a recorrida pugna pelo não conhecimento do recurso ou, alternativamente, pelo seu não provimento.

O recurso foi admitido pelo Tribunal de origem.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo n. 3/STJ, *in verbis*: "Aos recursos interpostos com

*fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".*

Constou do acórdão recorrido que:

Note-se que o trânsito em julgado ocorreu em 04/06/2010 (fl. 385). A União - FN requereu o cumprimento de sentença em 19/07/2011 (fl. 393) e, em 03/06/2013 (fl. 437-v) pediu a desistência da ação, o que foi homologado em 10/07/2013 (fl. 438).

O processo se encontrava extinto e arquivado desde 2013.

A União, em razão da revogação da Portaria PGFN 809/09, requereu novamente o cumprimento da sentença pelo saldo devedor em 13/06/2017 (fls. 452-453). Justificou que o art. 2º, da Portaria PGFN 809, de 13 de maio de 2009, que autorizava a inscrição em dívida ativa dos honorários sucumbenciais advindos de sentença judicial, foi revogado pela Portaria PGFN 810, de 04 de outubro de 2013, pouco tempo após a homologação da desistência, não tendo ocorrido inscrição em dívida ativa.

Resta a verificar, assim, se ocorreram causas interruptivas desta prescrição desde o trânsito em julgado da sentença que fixou a verba honorária até o pedido de cumprimento de sentença de fls. 452-453, observando-se, inicialmente, as hipóteses dos artigos 197, 199 e 202 do Código Civil, assim dispondo este último:

(...)

Como marco interruptivo da prescrição no presente caso, houve o reconhecimento do débito pelo devedor, por meio do parcelamento pedido nos autos, que se encerrou com o último depósito, em 26/07/2012 (fl. 421), oportunidade em que a prescrição voltou a correr. O novo pedido de cumprimento de sentença se deu em 13/06/2017, antes, portanto, de decorridos 5 anos da referida data.

Além disso, sobre a prescrição da pretensão executória, em situações que podem ser comparadas ao presente caso, o TRF da 4ª Região assim já se manifestou:

(...)

Aplicando o entendimento para o caso dos autos, para que tenha se consumado a prescrição no caso concreto, necessário que tenham transcorridos mais de 5 anos entre a data da publicação da Portaria que revogou a Portaria PGFN 809/09, que permitia a inscrição em dívida ativa e a execução dos valores remanescentes no processo judicial. Isso porque a partir da revogação do art. 2º da Portaria PGFN 809/2009, não há mais norma administrativa interna autorizando a inscrição em Dívida Ativa de honorários sucumbenciais devidos à União como crédito não tributário. Desse modo, a Fazenda Pública deve ser utilizar do procedimento de cumprimento de sentença para cobrança de título judicial.

Tendo em vista cenário dos autos (desistência da execução visando à inscrição em dívida ativa), evidente que a sentença judicial que pôs fim à ação de execução não abrangeu a satisfação da integralidade dos créditos executados, pois houve a desistência da execução em razão da possibilidade de inscrição do débito em dívida ativa, o que restou impedido por norma administrativa publicada pouco tempo após a homologação da desistência.

Assim, tendo em vista que a Portaria 810/2013, de 04/10/2013 foi publicada na página 49, 1ª Seção, n. 212, DOU de 31/10/2013 (<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=261257>) e o pedido de cumprimento de sentença foi protocolado em 13/06/2017 (fl. 452), não há que se cogitar da ocorrência de prescrição no caso concreto, razão pela qual afasto a alegação.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Portanto, deve-se admitir o prosseguimento desta ação quanto ao crédito remanescente, devendo a exequente apresentar cálculo atualizado do débito, abatendo os depósitos de fls. 417- 421, que serão convertidos em renda, tão logo preclusa esta decisão.

Nesse contexto, verifica-se que, para se adotar qualquer conclusão em sentido contrário ao que ficou expressamente consignado no acórdão atacado — e se reconhecer a ocorrência da prescrição — , é necessário o reexame de matéria de fato, o que é inviável em sede de recurso especial, tendo em vista o disposto na Súmula 7/STJ.

Diante do exposto, com base no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator